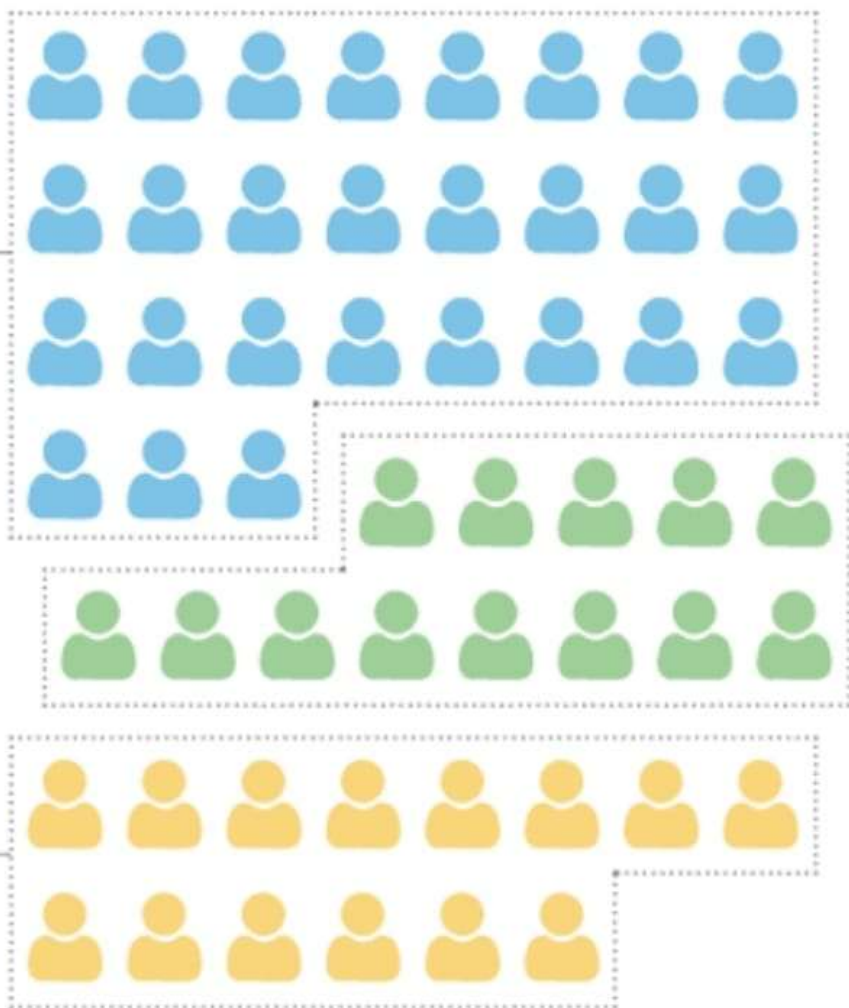


# Como será a composição do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS

Secretários de Fazenda  
das 27 unidades  
da Federação



**14 membros  
eleitos pelos  
prefeitos com voto  
igual para todos  
os municípios**

**13 membros eleitos  
pelos prefeitos  
com maior peso  
de voto para os  
municípios de  
maior população**

O Comitê Gestor do IBS já é uma realidade e enfrenta uma disputada política que ameaça o cronograma da Reforma Tributária.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), disputam a divisão das 27 vagas destinadas aos municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor.

A Confederação Nacional dos Municípios entende que somente ela cumpre o requisito de apoio de 20% dos prefeitos para lançamento da chapa que elegerá 14 conselheiros.

A Frente Nacional assevera que não houve um acordo prévio capaz garantir a chapa dos demais representantes.

Tenta-se chegar a um entendimento sobre a questão. O Senador Eduardo Braga, relator do PLP 108/2024 na CCJ, tenta catalisar um acordo, e adiou seu parecer para o início de agosto a pedido do Governo Federal que prefere uma solução política para o impasse.

Este acordo é fundamental pois o Comitê Gestor já começa a entrar em funcionamento em 2026, quando o IBS começará o seu período de teste.

O PLP 108/2024 precisa ser aprovado até setembro, o que possibilitará que o órgão comece a produzir normas internas de funcionamento dele próprio. Essencial para o seu pleno funcionamento e adaptação dos contribuintes em face das modificações trazidas pela Lei Complementar 214/2025.

Há uma decisão judicial, requerida pela FNP, suspendendo a eleição dos representantes municipais. O impasse político e jurídico pode prejudicar a operacionalidade do órgão e afeta o prazo constitucional e o cronograma imposto para implementação da Reforma Tributária.